

É URGENTE DISCUTIR O FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL

É urgente rediscutir a sustentabilidade da Segurança Social. Este é um tema a colocar na agenda política dos próximos actos eleitorais.

A proposta global apresentada, em 2007, pela CGTP-IN, mantém toda a validade nos seus aspectos fundamentais. Essa proposta aprofunda a diversificação das fontes de financiamento da Segurança Social: não preconizando a modificação radical do actual modelo de financiamento considera, entretanto, que há necessidade de mudar o **sistema** de contribuições do **regime** previdencial da Segurança Social.

A CGTP-IN, propõe que as contribuições sobre os salários sejam complementadas por uma taxa contributiva, que incida sobre a diferença entre o valor acrescentado líquido, os salários e as contribuições para a Segurança Social.

Houve, nas últimas décadas, profundas alterações das empresas, a nível estrutural, organizacional de condições de produção e de formas de remuneração devido, designadamente, ao desenvolvimento da tecnologia, mas o sistema de captação de receitas mantém-se, no essencial, inalterado. As contribuições das empresas continuam a ser calculadas com base nas remunerações pagas, implicando que uma parte significativa do valor gerado nas empresas escape ao pagamento de quaisquer contribuições para a Segurança Social.

O sistema proposto pela CGTP-IN é, economicamente, mais justo e equilibrado. É, pois, urgente que os futuros órgãos legislativos, a Assembleia da República e o Governo que for constituído, estejam disponíveis para discutir o financiamento do sistema previdencial, e é tanto mais pertinente esta discussão quanto a crise económica, o aumento do desemprego e a estagnação e até redução dos salários são infelizmente realidades com que estamos a viver. A Segurança Social está a sofrer um forte impacto negativo de um menor crescimento de contribuições e de um forte aumento de despesa, resultantes dos gastos com o subsídio de desemprego e as pensões, em consequência do desemprego dos trabalhadores mais velhos.

Na execução orçamental de Janeiro a Junho de 2009, as contribuições e quotizações aumentaram 0,3% face ao período homólogo anterior. Nesse período de 2008 observa-se um aumento ao ritmo de mais de 6%.

E o saldo do Sistema Previdencial de Repartição está a decrescer, representando actualmente 259,1 milhões de euros, quando no mesmo período do ano passado representava 979,9 milhões de euros. Perante a situação social e laboral existente é por demais evidente que as despesas aumentem com o subsídio de desemprego. A diferença face ao período homólogo de 2008 é de mais 23,9%. No mesmo período do ano passado, esta despesa decrescia e o mesmo se passava com o subsídio de doença.

Por outro lado, há muitas dezenas de milhares de desempregados que ou não têm acesso ou já perderam o direito à protecção no desemprego, situação que é necessário reparar alargando o direito à protecção social no desemprego, conforme a CGTP-IN reclama.

No contexto económico que se vive e perspectiva, a tendência é para se poder agravar a situação do sistema previdencial da Segurança Social, tendo presente que há duas questões chaves para a sua sustentação: a primeira é o crescimento económico e, a segunda, é o nível de emprego.

Com as políticas seguidas pelo actual Governo não se perspectivam resultados, a curto/médio prazo, que dêem resposta às questões fundamentais relativas ao financiamento do regime contributivo.

O actual Governo PS, face à deterioração financeira da Segurança Social deixada pelos governos do PSD/CDS, "resolveu" os problemas da sustentabilidade financeira do Sistema diminuindo o valor das pensões de velhice, através da introdução do factor de sustentabilidade. Com essa medida degradou a relação entre os rendimentos de que as pessoas dispunham enquanto activos e a reforma (taxas de substituição). Diminuiu o período de transição do cálculo das pensões e introduziu critérios de actualização das pensões muito negativos, recusando discutir a proposta da CGTP-IN.

É de todo inaceitável que a "sustentabilidade" do Sistema seja feita à custa do empobrecimento dos reformados.

É preciso discutir com seriedade e transparência a sustentabilidade da Segurança Social e a CGTP-IN lança aos partidos políticos, o repto para a discussão da sua proposta. As medidas que penalizaram os pensionistas têm de ser revistas conforme as petições apresentadas na Assembleia da República e que foram apreciadas nos dias 22 e 23 de Julho.

Cuidar do Orçamento de Estado. A CGTP-IN preocupada com a quebra continuada das receitas fiscais.

Os dados de Junho sobre a execução orçamental, dão conta do agravamento do défice do Estado que atinge mais de 5,4 mil milhões de euros.

O Governo refere que o nível de endividamento é idêntico ao dos outros países da U.E., desdramatizando a situação. Mas não refere que Portugal vai ter muito mais dificuldades para sair do actual contexto de crise, dado que há atrasos estruturais acumulados e falta de competitividade da nossa economia e em resultado das políticas seguidas, que apostou na mão-de-obra barata e pouca qualificada.

Foram essencialmente os trabalhadores que fizeram sacrifícios brutais em nome do combate ao défice e, por isso, a CGTP-IN vê com profunda preocupação este seu enorme agravamento, ainda mais, quando não se vêem resultados positivos para o emprego e para o relançamento da economia.

A CGTP-IN rejeita frontalmente que se possa perspectivar nova vaga de imposição de sacrifícios aos trabalhadores e às suas famílias em nome do equilíbrio das contas públicas.

As receitas do Estado têm vindo a decrescer acentuadamente, nomeadamente, ao nível do IVA e do IRS. Mesmo que parte desta quebra se deva à actual situação de fragilidade económica, a CGTP-IN considera haver indícios de baixos níveis de cobrança de impostos. Duvidamos que a crise justifique integralmente esta quebra de impostos.

Os problemas sociais acrescidos, a que o Estado terá de dar respostas, impõem que não se deixe degradar os níveis de receitas fiscais e de contribuições para a Segurança Social. Exige-se uma acção firme de fiscalização de combate à fraude e evasão fiscal e ao oportunismo de empresas e empresários incumpridores das suas obrigações legais. É preciso reforçar o Orçamento de Estado e o Orçamento da Segurança Social.

Lisboa, 30 de Julho de 2009